Legislação	Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016 (texto aprovado pela Comissão Mista)
	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de ArrendamentoResidencial - FAR A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória,	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. O Congresso Nacional decreta:
<u>Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009</u>	com força de lei: Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira:		"Art. 2°
§ 1° A aplicação das condições previstas no inciso III do caput dar-se-á sem prejuízo da possibilidade de atendimento aos Municípios com população entre 20.000 (vinte mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes por outras formas admissíveis no âmbito do PMCMV, nos termos do regulamento. § 2° O regulamento previsto no § 1° deverá prever, entre outras condições, atendimento aos		§ 1º Dos recursos destinados pela União à habitação de interesse social serão obrigatoriamente aplicados o montante mínimo de 10 % (dez por cento) em projetos de edificação de habitações de interesse social que se situem em municípios com menos de 50.000,00 (cinquenta mil) habitantes, nos termos do regulamento. § 2º Uma vez não verificada a utilização dos recursos compreendidos no montante mínimo
Municípios com população urbana igual ou superior a 70% (setenta por cento) de sua		previsto no § 1°, fica autorizada a transferência da parcela não executada ao final do 1° semestre de

Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016
2015	(texto aprovado pela Comissão Mista)
	cada exercício, para ser utilizada em outras faixas
	de financiamentos compreendidas no âmbito do
	Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).
	§ 3° A aplicação dos recursos de que trata o § 1°
	acima se fará sob a forma de oferta pública,
	prevista no inciso III deste artigo, salvo nos casos
	em que for admitida a execução do
	empreendimento pela modalidade FAR – Faixa
	1."(NR)
	"Art. 3°
	I
	II
	III - prioridade de atendimento às famílias
	residentes em áreas de risco, insalubres, que
	tenham sido desabrigadas <mark>ou que perderam a</mark>
	moradia em razão de enchente, alagamento,
	transbordamento ou em decorrência de qualquer
	desastre natural do gênero;
	§ 7° Os requisitos dispostos no caput deste artigo,
	bem como aqueles definidos em regulamentos do
	Poder Executivo, relativos à situação econômica
	ou financeira dos beneficiários do PMCMV
	Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015

T amiala añ a	Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016
Legislação	2015	(texto aprovado pela Comissão Mista)
		deverão ainda:
		I – observar a exigência da qualificação pessoal
		completa do beneficiário para constar do
		respectivo contrato, incluindo seu número de
		inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF),
		mantido junto à Secretaria da Receita Federal do
		Brasil;
		II - ter sua veracidade verificada por meio do
		cruzamento de dados fiscais e bancários do
		beneficiário, assegurado o sigilo constitucional
		dos dados informados.
		§ 8° O agente financeiro responsável pelo
		financiamento responderá pelo cumprimento do
		disposto no § 7° deste artigo.
		§ 9° Em atendimento aos ditames da Lei nº
		12.527, de 18 de novembro de 2011, até o final do
		último trimestre de cada ano, o Poder Executivo
		fará publicar, no Diário Oficial da União, relação contendo os nomes dos beneficiários dos
		contratos de aquisição de imóveis firmados no
		âmbito do PMCMV e compreendidos no
		exercício fiscal anterior." (NR).
Art. 6°-A. As operações realizadas com recursos	"Art. 6°-A	"Art. 6°-A
advindos da integralização de cotas no FAR e	131 to U 130	731 to V 736
recursos transferidos ao FDS, conforme previsto		
no inciso II do caput do art. 2°, são limitadas a		
famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00		
(mil trezentos e noventa e cinco reais), e		
condicionadas a: (Redação dada pela Lei nº		

Legislação	Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016 (texto aprovado pela Comissão Mista)
12.693, de 2012)		
§ 11. Serão disponibilizadas em sítio eletrônico informações relativas às operações previstas no inciso IV do § 3º deste artigo com a identificação do beneficiário final, os respectivos valores advindos da integralização de cotas do FAR e os valores restituídos ao FAR pelo poder público municipal ou estadual.		
	§ 12. O FAR poderá prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional ao beneficiário com desconto concedido pelo FGTS para aquisição de imóveis construídos com recursos do FAR.	§ 12. O FAR poderá prestar garantia à instituição financeira em favor do beneficiário nos casos de operações de financiamento habitacional ao beneficiário com desconto concedido pelo FGTS para aquisição de imóveis construídos com recursos do FAR.
	§ 13. No caso de execução da garantia de que trata o § 12, ficará o FAR sub-rogado nos direitos do credor.	§ 13. No caso de execução da garantia de que trata o § 12 acima, ficará o FAR sub-rogado nos direitos do credor.
	§ 14. Para assegurar a expectativa trimestral de venda de imóveis estabelecida pelo FAR, as instituições financeiras executoras do PMCMV deverão repassar ao FAR o valor equivalente aos descontos do FGTS correspondente à referida expectativa trimestral.	§ 14. Para assegurar a expectativa trimestral de venda de imóveis estabelecida pelo FAR, as instituições financeiras executoras do PMCMV deverão repassar ao FAR o valor equivalente aos descontos do FGTS correspondente à referida expectativa trimestral.
	§ 15. Caso os recursos de que trata o § 14 não sejam integralmente utilizados, o FAR devolverá o excedente às instituições financeiras ao final de cada trimestre, corrigido pela taxa Selic apurada no período." (NR)	§ 15. Caso os recursos de que trata o § 14 não sejam integralmente utilizados, o FAR devolverá o excedente às instituições financeiras ao final de cada trimestre, corrigido pela taxa Selic apurada no período." (NR)

Legislação	Medida Provisória nº 698, de 23 de outubro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2016 (texto aprovado pela Comissão Mista)
	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.